

# Novo enfoque sobre a Revolução dos Cravos

ROSEMARY ELIZABETH GALLI

---

CHILCOTE, Ronald H. *The Portuguese Revolution: State and Class in the Transition to Democracy*. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield, 2010. 262 p.

A Revolução Portuguesa, que culminou com a mudança de regime em 25 de abril, não foi de fato uma revolução: os elementos revolucionários populares que tentaram conduzir os eventos de 1974-1975 ao socialismo apenas lograram desafiá-lo. Este é o mote do novo e importante trabalho de Ronald Chilcote. Obras anteriores do autor abarcaram o mundo lusófono, começando por Portugal e a África-Portuguesa a publicação de documentos dos movimentos de liberação nacional luso-africano e, mais adiante, comentários acerca de Amílcar Cabral, até estudos sobre o Partido Comunista Brasileiro e as elites nordestinas, chegando a seus conhecidos trabalhos de economia política comparativa.

---

**ROSEMARY ELIZABETH GALLI**

Pesquisadora independente.

Este novo livro dá continuidade à exploração dos temas autoritarismo e resistência, e aplica o aparato conceitual prevaletente em seus últimos textos. O que Chilcote demonstra com clareza é que forças históricas favoreceram o desmantelamento da economia portuguesa de âmbito mundial, baseada na exploração da África, a fim de facilitar a integração de Portugal com a União Europeia. Entre estas forças, era notável a burocracia estatal aliada ao segmento modernizante, internacionalmente conhecido, do capital português. Contudo, o momento de resistência revolucionário teve evidência e impacto muito além de Portugal e dos anos de 1974-1975.

A queda do fascismo, as nacionalizações subsequentes, a entrada do Partido Comunista Português (PCP) no governo, a emergência de comissões de

trabalhadores, as mobilizações e protestos rurais e urbanos e as ocupações de terras deixaram o mundo em suspenso, ainda que apenas por um curto período de tempo. No fim, o aparato corporativo burocrático do Estado e seus parceiros econômicos emergiram renovados, desiludidos e nada ilesos. Chilcote destaca a durabilidade e continuidade do aparato do Estado como fator preponderante no bloco hegemônico estabelecido e culpa as divisões na Esquerda pelo fracasso em substituir este aparato. Apesar disso, na análise final, as tentativas de criar um bloco contra-hegemônico prepararam o caminho para uma política democrática e pluralista em Portugal.

Esta resenha se concentra nestes aspectos da pesquisa de Chilcote, e em análises que acreditamos serem importantes para pesquisadores da África Lusófona, deixando que outros examinem o trabalho de diferentes perspectivas.<sup>1</sup>

Na introdução da parte I, Chilcote delinea os conceitos teóricos que estruturam sua pesquisa. Busca sua inspiração inicial em pensadores

como Marx, Lênin, Gramsci e Poulantzas, que também ponderaram sobre outras transições históricas. Temas como o relacionamento entre o poder do Estado e as relações de classe, a hegemonia da classe dominante e a contra-hegemonia posta pela luta revolucionária são questões centrais na análise de Chilcote. No capítulo I, ele traça a emergência do capitalismo em Portugal contrapondo-o ao cenário europeu. Delineia, então, marcantes debates entre historiadores portugueses acerca do momento, das motivações e dos principais fatores na transição do feudalismo ao capitalismo. Nos capítulos posteriores, do segundo ao quarto, este exercício se repete, ao tempo em que avalia as possibilidades de uma transição do capitalismo ao socialismo, nos anos 1974-1975 e depois.

Enquanto uma burguesia comercial tinha se desenvolvido relativamente cedo em Portugal do século XIV, sua evolução para uma classe industrial foi atrasada em face da aliança com a aristocracia proprietária de terras. No século XIX, a dominação britânica e a imposição do livre comércio reforçaram ainda mais a agricultura

<sup>1</sup> Resenha publicada por H-Africa@h-net.msu.edu (abril, 2010).

exportadora portuguesa, em detrimento de uma indústria incipiente. Contudo, algum tempo depois, os mercados colonial e brasileiro, bem como o desenvolvimento de um mercado interno, abriram caminho para relações capitalistas de produção na indústria. Em 1910, a monarquia foi deposta e um regime liberal de curta duração se estabeleceu; isto propiciou uma aliança entre a burguesia rural e industrial sob a liderança fascista. Chilcote conclui:

Assim, o atraso do capitalismo em Portugal parece ter sido consequência de uma burguesia liberal cambaleante, formada principalmente por um comércio e uma indústria de média e pequena escala subcapitalizados, com alguma concentração em áreas urbanas, mas com poder político insuficiente para levar a um capitalismo industrial completo (p. 16).

Tal situação mudou no governo Salazar, que chegou ao poder após o golpe de 1926 e definiu as bases para a liderança fascista do regime do Estado Novo.

Ao longo da parte I, Chilcote destaca o papel dominante do Estado através da história portuguesa. Ele encontra uma continuidade marcante das

estruturas autoritárias, mesmo no turbulento fim do século XX. Fortemente baseado nos trabalhos de Manuel de Lucena (1967-1991), mostra como as formas salazarianas corporativistas sobreviveram à revolução de 1974-1975. Estudantes da África Lusófona terão familiaridade com a durabilidade do modelo autoritário de governo em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique pós-independentes, descritos nos dois últimos casos por esta resenhista, entre outros pesquisadores.<sup>2</sup>

Do mesmo modo que em Portugal, em meados da década de 1970, os africanos lusófonos experimentaram um tipo de socialismo sem um sólido movimento socialista e, ainda assim, na era de liberalização e ajustes estruturais, seus governos mantêm características corporativistas. Por exemplo, um

2 Particularmente importante é o trabalho de M. Anne Pitcher, que, nos anos 1980, apontou a continuidade entre os governos colonial e pós-colonial em Moçambique e traçou a história do Estado pós-colonial em *Transforming Mozambique: the Politics of Privatization, 1975-2000. African Studies*. New York and Cambridge, England: Cambridge University Press, 2002. Ver também Galli; Jocelyn Jones, *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*. London and New York, Frances Pinter, 1987, e Galli, *Peoples' Spaces and State Spaces: Land and Governance in Mozambique*. Lanham: Maryland, and Oxford, England: Lexington Press, 2003.

recente compêndio (BRITO et al., 2009) documenta como, em Moçambique pós-socialista, o governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) manteve sua posição de monopólio mediante forte controle sobre a sociedade civil, limitando o espaço político e, conseqüentemente, a participação política. Um ensaio revela como, mesmo depois do abandono das organizações de massa, o governo subordina os grupos recém-formados de jovens.<sup>3</sup>

Outra área de particular interesse para os pesquisadores luso-africanos é a descrição que Chilcote faz dos proeminentes grupos econômicos ligados ao Estado Novo de Salazar (1926-74), já que muitos deles dominaram economias coloniais por mais de cinco décadas. Alguns, especialmente no setor bancário, ressurgem não apenas em Portugal pós-revolução, mas também na África Lusófona pós-socialista. Alguns exemplos são o Grupo Entrepasto, o Banco Português do Atlântico, a Seguros Mundial-Confiança, a Marconi,

o Grupo Champalimaud e o Grupo Espírito Santo. Vários dos maiores agrupamentos representam tanto o capital internacional como o nacional. Da perspectiva de Chilcote, o Estado corporativista tem garantido a ordem e a estabilidade necessárias para a emergência e o desenvolvimento do capitalismo e sua sobrevivência mesmo em tempos de “revolução”.

A parte II é uma análise do fracasso da Revolução Portuguesa em conduzir ao socialismo e abre um questionamento sobre a configuração político-econômica deste último. O capítulo 5 descreve o golpe de 25 de abril liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), mas Chilcote se abstém de tentar escrever uma versão definitiva. Dois oficiais do MFA, conhecidos meus, atribuíram as origens do movimento a um encontro clandestino de oficiais de postos intermediários dos quartéis gerais de Bissau durante a guerra de libertação nacional. Contudo, Chilcote esclarece ter havido uma série de encontros entre diferentes grupos dissidentes das forças armadas em lugares diversos, desde 1973. Sem dúvida, as lutas por independência e a percepção

---

3 Ver Luis de Brito, Carlos Castello Branco, Sergio Chichava, Antonio Francisco, *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE, 2009. O ensaio referido é de Adriano Biza.

de que a guerra em Guiné-Bissau, onde grande parte do conflito ocorreu, estava sendo perdida foram importantes fatores na decisão dos oficiais de tentar transformar Portugal. A mudança que buscavam ficou explícita no programa político do MFA: [a mudança] “objetivava a democracia, a descolonização e o desenvolvimento” (p. 93). Em 1975, um destes objetivos já tinha sido alcançado, a descolonização. O Movimento das Forças Armadas se dividiu acerca da questão do apoio aos movimentos populares radicais prontos a seguir em direção ao socialismo. Chilcote vê o contragolpe de 25 de novembro de 1975 como uma reafirmação do Estado português sobre a economia e a sociedade, incluindo os militares.

Nos capítulos seguintes, do sexto ao oitavo, Chilcote aprofunda a análise, estudando em detalhes o MFA, os partidos políticos, os movimentos populares e sua luta contra a antiga ordem. O capítulo 8 é particularmente interessante, pois dissecou as origens de classe do aparato do Estado e os vários elementos do capital português, em uma batalha para preservar o poder e a influência.

Ademais, a discussão também examina as complexas relações de classe na sociedade rural e no movimento trabalhista. No capítulo 9, Chilcote lida com a intrigante questão da possibilidade de o socialismo ter oferecido as estruturas e estratégias que garantem o equilíbrio nestas relações de classe. Segundo aponta, muitas formas de socialismo têm sido testadas historicamente e conclui que, mesmo durante os momentos mais revolucionários de 1974-1975, houve poucos avanços em direção a um modo socialista de produção. As “ilhas de socialismo” favorecidas pelo Partido Comunista Português subestimaram a força do controle capitalista sobre os mercados. A Esquerda, em geral, estava muito voltada para a nacionalização como rota primária ao socialismo. Em continuidade, o capítulo 10 analisa o período de democracia parlamentar, desde 25 de novembro de 1975, e mostra o retorno gradual de forças conservadoras e moderadas que eliminaram quaisquer vestígios de um futuro socialista.

Quais são, então, as lições da Revolução Portuguesa? Em seu capítulo final, Chilcote

reúne estas lições, algumas das quais são pertinentes às experiências socialistas da África Lusófona. Em primeiro lugar, uma revolução não pode se fazer de cima para baixo, a menos que a liderança esteja completamente imbuída das aspirações populares. No caso de Portugal, manobras, ao invés de unidade entre os partidos comunista e socialista, levaram à desconfiança popular. Além do mais, os partidos escolheram trabalhar através das estruturas estatais existentes, ao invés de transformá-las. Sua liderança estava despreparada para práticas revolucionárias e propagou uma “mistificação ideológica” que minou a iniciativa popular (p. 262). Finalmente, os experimentos com formas socializadas de produção dentro das cooperativas rurais e industriais, incluindo a autogestão, levaram à superexploração dos produtores. Ao concluir este livro, Chilcote dá a palavra final sobre as chamadas “ilhas de socialismo” a Brinton (1976):

Em Portugal, o preço pago pela democracia interna aperfeiçoada em determinados locais de trabalho e fazendas foi, frequentemente, o prolongamento da diária ou a intensificação do processo trabalhista, de modo

a “permitir” que a unidade autoadministrada permaneça economicamente viável. Neste sentido, as ilhas de autogestão se tornaram ilhas de recuperação capitalista (p. 262).<sup>4</sup>

Em A Revolução Portuguesa, Ronald Chilcote apresenta não apenas uma riqueza de informação, incluindo os debates sobre os eventos de 1974-1975 dentro e fora de Portugal e seu impacto, mas também um modelo de análise da dinâmica da luta revolucionária no contexto de uma economia política dura-doura, ainda que mutável.

---

<sup>4</sup> Esta citação é de Charles Reeve em *L'expérience portugaise: la conception putschiste de la révolution sociale*. Paris: Spartacus, 1976, p. 21.

## REFERÊNCIAS

BRITO, L. De; CASTELLO BRANCO, C.; CHICHAVA, S.; FRANCISCO, A. **Cidadania e Governação em Moçambique**. Maputo: IESE, 2009.

GALLI, R. E. **Peoples' spaces and state spaces**: land and governance in Mozambique. Lanham, Maryland, Oxford, England: Lexington Press, 2003.

GALLI, R.E.; JONES, J. **Guinea-Bissau**: politics, economics and society. London and New York: Frances Pinter, 1987.

PITCHER, M. A. **Transforming Mozambique**: the politics of privatization, 1975-2000. New York, Cambridge, England: Cambridge University Press, 2002. (African Studies).

REEVE, C. **L'expérience portugaise**: la conception putschiste de la révolution sociale. Paris: Spartacus, 1976.